



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MINISTÉRIO DA CULTURA

Ref.: Edital do Chamamento Nº 09/2023

A **CLARO S.A.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 40.432.544/0001-47, com sede na Rua Henri Dunant, nº 780 – Torres A e B, Santo Amaro – São Paulo/SP, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença desse ilustre Pregoeiro, apresentar, **PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**, com efeito de **Impugnação** na hipótese de seu indeferimento, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

Ocorre que, da análise do Edital em epígrafe, observa-se que algumas disposições atentam contra os princípios da Legalidade, da Isonomia e da Competitividade, possibilitando, desta feita, o afastamento de possíveis interessados no procedimento licitatório acima referido e, consequentemente, impedindo que o **MINISTÉRIO DA CULTURA** selecione e contrate a proposta mais vantajosa e adequada às suas necessidades.

É com o objetivo, portanto, de garantir a eficácia do certame, ao se observar os princípios mencionados anteriormente, bem como o da Vinculação ao Instrumento Convocatório, é que a licitante propõe as seguintes alterações no Edital:



1. DO NECESSÁRIO ADIAMENTO

Vimos, pela presente, manifestar nosso interesse em participar da Licitação acima referenciada. Porém, para apresentarmos uma melhor solução técnica e de preços, em conformidade com as expectativas de V.Sa., necessitamos a prorrogação da abertura da licitação por, no mínimo, 10 (dez) dias corridos em relação ao prazo estabelecido para entrega de propostas e documentação das proponentes interessadas.

Nossa solicitação se fundamenta na necessidade de um maior tempo para estudos internos e de viabilidade, devido à complexidade do objeto, negociações com fornecedores, com o intuito de atendimento total e aprovação de preço final. Sem a precificação correta não há como aprovar o investimento e tampouco fechar uma proposta para apresentação à Administração Pública. Ademais, acreditamos que este não é um problema isolado que somente a CLARO está enfrentando.

Por isso, com o objetivo de não haver macula à competitividade pela ausência de empresas interessadas no certame, que não poderão comparecer, sugerimos que haja adiamento da data de abertura. Em caso de não acatamento do pleito haverá comprometimento do princípio da ampla competição, que deve nortear procedimentos licitatórios desta natureza, tornando-se imperiosa, portanto, a dilação da data de abertura do certame. O adiamento irá repercutir em vantajosidade, decorrente de maior competição entre os licitantes.



Destaca-se ainda que a elaboração de um Edital é ato administrativo que deve se basear no princípio da razoabilidade, da economicidade e da competitividade, e, sem dúvida alguma, o adiamento pretendido resultará em benefícios para a Administração Pública, uma vez que ampliará a competição em busca pela melhor oferta, assegurando assim a participação de uma empresa no certame com excelência técnica, reconhecida notoriedade em seu ramo de prestação de serviços e anos de bons serviços prestados, como a CLARO.

A própria Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XXI, não admite que as licitações contenham condições restritivas à participação dos interessados.

O Superior Tribunal de Justiça – STJ, inclusive, já consolidou entendimento no seguinte sentido:

“o procedimento licitatório há de ser o mais abrangente possível, dando azo à participação do maior número possível de concorrentes. A escolha final há de recair sempre na proposta mais vantajosa para a Administração Pública”.¹

¹ STJ – Pleno – MS n. 5.602/DF – Rel. Min. Presidente Américo Luz, Diário da Justiça, Seção I, 4 fev. 1998, p.4.



Por todo o exposto, requeremos o acolhimento do pleito ora trazido, sendo certo que tal medida encontra respaldo nos princípios da Legalidade, Isonomia, Ampla Competitividade e Razoabilidade.

2. DAS NECESSÁRIAS ALTERAÇÕES

Após analisar os termos do Edital, encontramos alguns pontos que merecem melhor esclarecimento ou alteração. Senão vejamos:

O Item 4.5.1. cita que: *"O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura na forma do artigo 105 da Lei 14.133, de 2021"*, porém, o Ministério exige assistência técnica e suporte remoto e on-site durante o período de licenciamento que é de 60 meses, o que entendemos ser impraticável, tendo em vista que há custos para o tipo de assistência técnica e suporte solicitados pelo Contratante. Mediante ao exposto, entendemos que o contrato deverá ser também de 60 meses e não de 12 meses.

Ademais, entendemos que para este certame, a aquisição dos equipamentos será como REVENDA e não como SERVIÇO. Nosso entendimento está correto?

Os quesitos técnicos deixam a entender que os equipamentos físicos e demais soluções serão como REVENDA, ou seja, após o fim do prazo dos licenciamentos e contrato, o CONTRATANTE ficará com os equipamentos, sem os licenciamentos correspondentes. Nosso entendimento está correto?



Entendemos que a CONTRATADA somente fornecerá os firewalls e demais soluções com as licenças de segurança correspondentes, módulos de segurança e sistema de gerência centralizada com armazenamento de logs com vigência por 60 meses. Nosso entendimento está correto?

Entendemos que a CONTRATADA fornecerá o serviço de instalação e configuração, porém, estes serviços serão somente para instalação e configurações iniciais. Após estes serviços, entendemos que a gestão, mudança de regras e configuração, sustentação, operação diária, monitoramento diário, acionamento do fabricante, demais configurações e serviços da solução durante a vigência das licenças e contrato serão de completa responsabilidade da CONTRATANTE, não cabendo nenhuma intervenção na solução pela CONTRATADA, nem responsabilidade da CONTRATADA pela solução, nem cabendo a CONTRATADA qualquer acionamento feito pela CONTRATANTE. Nosso entendimento está correto?

Entendemos que para qualquer necessidade de suporte, que a CONTRATANTE fará o acionamento direto com o fabricante, sem necessidade de apoio ou acionamento da CONTRATADA. Nosso entendimento está correto?

Entendemos que o objeto desta licitação é o fornecimento de 3 firewalls FÍSICOS / appliance (Módulo de Segurança (CLUSTER) - tipo I), 5 firewalls FÍSICOS / appliance (Módulo de Segurança - tipo II), 26 firewalls FÍSICOS / appliance (Módulo de Segurança - tipo III), 4 Sistema de gerência centralizada com armazenamento de logs FÍSICOS / appliance com suas licenças correspondentes por um período de 60 meses e todos serão instalados fisicamente no endereço da CONTRATANTE e que estas licenças deverão ser



em nome do CONTRATANTE, possibilitando que o Contratante faça o acionamento do fabricante em caso de suporte, sem passar pela CONTRATADA. Nosso entendimento está correto?

Reforçamos o entendimento de que, caso o Contratante necessite que a CONTRATADA faça o acionamento da fabricante, o modelo de contratação terá que ser diferente, contratando a solução como SERVIÇO e que as licenças venham a ficar em nome da CONTRATADA, conforme padrão de mercado. Caso contrário, a fabricante, não irá autorizar ou receber o acionamento por parte da CONTRATADA.

O item 6 solicita 5 "Treinamento *“hands on”* sobre solução de firewall", porém, entendemos que este treinamento não serão oficiais do fabricante e sim, treinamento da solução instalada, que poderá ser realizado pela equipe que realizou a instalação e configuração inicial da solução. Nosso entendimento está correto?

Para a configuração de CLUSTER / HA (Alta Disponibilidade) e demais configurações, entendemos que a CONTRATANTE fornecerá toda a infraestrutura adequada e que a CONTRATANTE também será a responsável pela instalação e configuração desta infraestrutura, como por exemplo switch de acesso, espaço em rack, climatização, energia elétrica e demais infraestrutura. Nosso entendimento está correto?

Quando a CONTRATANTE solicita 3 - Módulo de Segurança (CLUSTER)
- tipo I, entendemos que cada módulo será composto por 2 firewall /



equipamentos, ou seja, será necessário o fornecimento de 6 firewalls / equipamento para atender este item. Nosso entendimento está correto?

No objeto cita-se que os firewalls com demais soluções precisam de Garantia de 60 meses, sendo assim, entendemos que a garantia se refere a licença de segurança para o firewall e demais soluções, e que após este período, caso a CONTRATANTE não renove as licenças, ficará sem o licenciamento para o firewall e demais soluções em questão. Nosso entendimento está correto?

Os itens 3.3 e 3.4 citam respectivamente: *"O item 1 refere-se ao cluster de Firewall com suporte, garantia e licenças de proteção com vigência de 60 meses. Esta solução deve funcionar em cluster do tipo ativo-ativo, com balanceamento interno", "Os itens 2 e 3 referem-se ao módulo de segurança a serem instalados nos anexos do MinC tendo garantia de atualização de licenças e suporte técnico pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses. Estes módulos serão implementados em redes internas com até 200 usuários (tipo II) e com até 30 usuários (tipo III)",* ou seja, ambos os prazos são de 60 meses, porém, para o item 1.6 cita-se que: *"O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021"*. Mediante ao exposto, entendemos para o item 1.6 houve um equívoco do CONTRANTE e que o prazo de vigência do contrato deve ser de 60 meses, de acordo com o prazo das licenças. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, solicitamos que seja esclarecido o motivo do prazo de 12 meses para o item 1.6.



O item 3.5 cita que: *"O item 04 refere-se ao sistema de gerência centralizada visando gerenciar os acessos à internet dos anexos do MinC (CTaV e Escritórios Regionais), de forma a armazenar os logs de acesso para futuras auditorias e apuração de responsabilidade quando necessário. A utilização de um software de gerenciamento centralizado facilita as tarefas de gestão de regras e políticas em um firewall. Por meio desse gerenciamento centralizado é possível gerenciar diversos appliances por meio de uma única interface. Além disso, é possível acessar registros (logs) de diversos equipamentos"*. Para este item não cita-se o período do licenciamento, nem o tipo, porém, entendemos que este período, assim como para o item 3.3 e 3.4 citados anteriormente, serão para 60 meses. Nosso entendimento está correto?

Entendemos que todos os equipamentos e soluções dos itens 1, 2, 3 e 4 do GRUPO 1 deverão ser fornecidos como appliance / EQUIPAMENTOS FÍSICOS e deverão ser instalados fisicamente nos endereços do Contratante. Nosso entendimento está correto?

Entendemos que caso seja necessário instalação de alguma solução, sistema ou equipamento virtual, que necessite de máquina virtual ou equipamento adicional, esta infraestrutura será fornecida pelo CONTRATANTE. Nosso entendimento está correto?

Entendemos que o pagamento pela CONTRATANTE para a CONTRATADA pelo fornecimento de todos os equipamentos e serviços deste certame serão pagos em PARCELA ÚNICA (one-shot), à medida que as entregas, serviços e treinamentos forem sendo concluídas. Nosso entendimento está correto?



Entendemos que para este certame a CONTRATANTE necessita somente do firewall com as licenças de segurança, sistema de gerência e logs e demais módulos correspondentes, além dos serviços de instalação e configuração inicial, sem nenhuma camada de serviço adicional da CONTRATADA. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, gentileza informar com mais clareza quais os serviços serão necessários pela CONTRATANTE.

O item 4.1.5. cita que: *"Todos os serviços de instalação e configuração deverão ser executados pela CONTRATADA inclusive com um período de operação assistida de 30 dias, de modo a não sobrecarregar a equipe de servidores e colaboradores do MinC, porém as atividades deverão ser acompanhadas pelos servidores e colaboradores que atuarão na operação da solução após entregue pela CONTRATADA"*. Sendo assim, entendemos que a CONTRATANTE necessitará de apoio da CONTRATADA em sua operação (operação assistida) por mais 30 dias adicionais após a instalação da solução, porém entendemos que esta operação assistida poderá ser realizada de forma remota. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja correto, gentileza esclarecer melhor a necessidade desta operação assistida ser on-site (ambiente físico do Contratante).

O item 4.1.7. cita que: *"De modo a tornar viável o investimento sem riscos da continuidade dos serviços e com garantia de atualização de softwares e componentes da solução, será exigido garantia, assistência técnica e suporte técnico por período não inferior a 60 meses, em regime 24x7"*. Entendemos que



para este item a deverá ser o serviço mensal da própria CONTRATADA. Nosso entendimento está correto?

O item 4.5.3. cita: *"Prazo de execução dos serviços de instalação, configuração e operação assistida de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de solicitação dos serviços ou da data agendada para início dos serviços"*, porém, entendemos que estes prazos deverão ser paralisados em caso de impossibilidade de continuação de responsabilidade da CONTRATANTE. Nosso entendimento está correto?

O item 3.7. cite que: *"O item 06 refere-se ao treinamento específico da solução, com carga horária mínima de 20 horas, para o gerenciamento da aplicação do Firewall, conduzido pelo próprio fabricante ou por um parceiro certificado e autorizado pelo fabricante ministrar treinamentos oficiais. O quantitativo de 2 (dois) se deve ao fato de prever o serviço de treinamento conjunto para a equipe de infraestrutura do MinC com até 5 pessoas, sendo um evento no primeiro ano e outra a ser agendando no segundo ano como repasse de conhecimento para novas equipes"*. Porém, o treinamento oficial do fabricante solicitado para este item costuma ser de forma mais generalizado, não focando na topologia e solução da CONTRATANTE, ficando mais voltado para quem irá obter a certificação do fabricante e a CONTRATADA não tem autonomia e nem pode alterar o conteúdo programático destes treinamentos oficiais, de forma a ficarem personalizados para o CONTRATANTE, sendo assim, como entendemos que o treinamento deverá ser mais direcionado para a solução instalada na CONTRATANTE, como opcional, entendemos que este treinamento poderá ser realizado pela equipe técnica da CONTRATADA que instalou e configurou a solução. Nosso entendimento está correto? Será aceito



treinamento pela pela equipe técnica da CONTRATADA que instalou e configurou a solução?

Para o treinamento citado neste item 3.7, entendemos que ele acontecerá para 2 turmas, cada turma com 20 horas aulas e o total de alunos será de 5 alunos para cada turma. Nosso entendimento está correto? Caso nosso entendimento não esteja correto, quais serão os quantitativos? Estas informações são importantes que fiquem claras, tendo em vista que o quantitativo impacta na precificação final.

Entendemos que toda infraestrutura adequada para instalação dos equipamentos será disponibilizada pela CONTRATANTE, como por exemplo, mas não limitando somente a estes, energia elétrica, climatização, piso elevado, espaço em rack, máquinas virtuais, servidores, switches de acesso para HA e etc. Nosso entendimento está correto?

Entendemos que a CONTRATADA após a entrega dos firewalls e licenças, não terá mais nenhum acesso aos equipamentos, nem remoto e nem fisicamente. Nosso entendimento está correto?

As informações acerca do Edital, ora requeridas, bem como as alterações apontadas e sugeridas são imprescindíveis à participação de interessados no certame, pois, caso não sejam prestados, não há como estes assumirem o risco de não conseguirem atender a essas exigências da forma como se encontram atualmente no Edital.



A própria Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XXI, não admite que as licitações contenham cláusulas restritivas à participação dos interessados, daí a necessidade de complementação da informação e alteração requerida nesta oportunidade.

Esta disposição é repetida no art. 3º, § 1º, I, da Lei n. 8.663/93:

“É vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o objeto do contrato”, ressalvadas exceções (§§ 5º a 12 do artigo e art. 3º da Lei n. 8.248/91, que dizem respeito a produtos manufaturados, serviços e informática).

Como resta demonstrado, a alteração do Edital é medida garantidora da legalidade da licitação, possibilitando ao Ministério selecionar a proposta mais vantajosa para os serviços contratados.

4 – DA CONCLUSÃO E DO PEDIDO

. Ante o exposto, a fim de garantir o caráter equânime e competitivo da licitação, bem como a aplicação dos princípios da legalidade e da justa



competição, requer a alteração do edital nos termos propostos acima. Ainda, na hipótese do I. Pregoeiro não acolher as presentes razões, digno-se a recebê-las como impugnação aos termos do edital, com efeito suspensivo, de acordo com o disposto na legislação vigente.

Atenciosamente,

Brasília, 26 de outubro de 2023.